## PROJETO DE LEI DA CÂMARA № , DE 2019

Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para aquisição dos medicamentos de alto custo.

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

| Art. | 1⁰   | 0  | art. | 20 | da | Lei | nº | 8.036, | de | 11 | de | maio | de | 1990, | passa | а | vigorar | com | а | seguinte |
|------|------|----|------|----|----|-----|----|--------|----|----|----|------|----|-------|-------|---|---------|-----|---|----------|
| reda | ıção | ): |      |    |    |     |    |        |    |    |    |      |    |       |       |   |         |     |   |          |

| " (NR  |
|--|
| XXI – para aquisição de medicamentos de alto custo |
|  |
| Art. 20  |

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS traz, no art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, um rol de possibilidades para o levantamento da quantia depositada na conta vinculado do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço − FGTS.

Comumente temos noticias de pessoas que são portadoras de determinadas enfermidades cujo tratamento medicamental enquadra-se no rol previsto pelo Ministério da Saúde como medicamento de alto custo. Em sua grande maioria estas pessoas não dispõe de reserva de dinheiro para custear o tratamento de sua enfermidade, no mesmo modo em sua maioria o custo desses medicamentos não são realizados pelo Poder Público, precisando o doente ingressar em juízo para que o Estado possa comprar seu(s) medicamento(s), na prática isto poderá meses ou anos, em razão do cumprimento de toda formalidade, e ainda a situação se grava em razão do delicado quadro financeiro que os estado vem atravessando, cuja receita mal dá para o custeio corrente.

Assim sendo o FGTS uma reserva financeira disponibilizada ao trabalhado e justo que o mesmo possa usufruir da quantia para o tratamento de sua saúde, com forma de poder comprar seu(s) medicamento(s) e possuir uma melhor qualidade de vida e quiçá ate mesmo a cura de sua enfermidade.

Esta medida de trazer certa tranquilidade ao trabalhador que poderá seguir com o tratamento de saúde, diminui o impacto para as finanças dos municípios, estado e da União.

Trata-se de uma medida importante para melhorar a saúde do trabalhador, razão pela qual esperamos, pelas razões expostas, contar com o apoio dos nobres Colegas para a aprovação desta iniciativa.

Sala das Sessões,

Deputada LAURIETE